4 A PRODUÇÃO DO PARQUE, O TURISMO E A POPULAÇÃO LOCAL

Durante o processo de constituição do Parque Nacional de Ilha Grande, a visitação pública foi, e ainda é, realizada de forma espontânea, não ocorre o planejamento na perspectiva da prática turística ser incorporada na valorização da Unidade de Conservação, a visitação ocorre no sentido de uso dos recursos do Parque, principalmente a pesca amadora. Além disso, há uma tendência entre os grupos sociais e instituições investigadas em superestimar a atividade turística como fator de desenvolvimento econômico regional.

Sobre essa questão CORIOLANO (2006, p.177) afirma que:

> O turismo é apresentado como o melhor negócio do mundo, podendo transformar tudo em mercadoria e em riqueza. Os discursos dos governos e dos órgãos de turismo mostram essa possibilidade e acrescentam a nova abordagem da inclusão social. Tudo, entretanto, parece que acontece ou vai acontecer como um passe de mágica, pois nada fica explicitado de como mudar a realidade da população local, o que isso representa em termos de qualidade de vida, de apropriação da terra, de melhores condições de vida e de habitação no lugar.

A autora ressalta que a Organização Mundial de Turismo considera que o turismo representa uma atividade com forte intensidade de absorção de mão-de-obra, que proporciona abertura para as pequenas empresas e iniciativas locais, garante ainda que sua capacidade de criar empregos para as camadas mais pobres é enorme, inserindo jovens, mulheres, enfim, várias comunidades. (Op. cit. 2006).

Essas idéias intensificam as esperanças de que o setor possa contribuir para mudar a realidade local, contudo, sendo uma atividade econômica, como na maioria dos setores econômicos mundiais, existem os processos de inclusão e de exclusão social, pois em geral, grande parte da população de menor qualificação e de baixo poder aquisitivo permanece excluída dessa atividade, tanto na prática da mesma, quanto na sua inserção como mão-de-obra.

Do mesmo modo que a atividade turística em Unidades de Conservação possibilita a inserção social, viabilizando as experiências de contato entre o turista e a natureza, comete a exclusão social quando expulsa de seus domínios a população local (tradicional) e exige dela condições econômicas para promover a aproximação com o ambiente. Nesse sentido MILANI & ARANHA SILVA, 2007, p. 06, afirmam:

> É importante lembrar, que ainda de maneira diferenciada as cidades defrontam-se com esse quadro de inclusão e exclusão social, abrem-se espaços públicos de lazeres sem infra-estrutura, socializa-se a vida urbana e crescem as zonas privatizadas sem meios para o público ter acesso a esses serviços e equipamentos.

Como qualquer atividade econômica o turismo é alicerçado nos meios de produção atual e como tal empenha essa função excludente. MORETTI, 2002, p. 15, contribui com essa discussão esclarecendo:

> (...) esta atividade está inserida no processo geral de produção capitalista, sendo uma das formas encontradas pelo capital para sua reprodução, portanto é uma atividade complexa que está inserida em um processo geral de acumulação. Neste contexto a atividade turística gera a idéia de desenvolvimento local, principalmente para áreas que passam, por uma estagnação econômica e apresentam características que indicam a possibilidade do consumo através da atividade turística (elementos naturais e/ou culturais).

Para destacar o processo turístico em suas conseqüências usamos também a contribuição de LUCHIARI, 1999, p.108, quando destaca:

> (...) ao inserir-se em uma determinada localidade, o turismo também agrega novos valores e formas de convívio social, substituindo ou transformando os antigos costumes e tradições locais, mostrando que o lugar encontra-se constantemente sendo recriado em suas relações com o mundo.

Desta forma, entendemos que o turismo é um fenômeno social da modernidade, e no processo de implantação da Unidade de Conservação enquanto território, o turismo assume o papel de internalizar a chamada “natureza conservada” aos ditames do mercado, e, portanto, na privatização do uso da paisagem socialmente produzida.

No Parque Nacional de Ilha Grande, a atividade turística – como atividade econômica – é inserida no discurso pelos órgãos públicos investigados, como uma proposta de desenvolvimento social para a população local. Como se crescimento econômico fosse sinônimo de desenvolvimento social.

Diante da ideologia construída após a Segunda Guerra Mundial, MORETTI, 2007, p. 17, nos relata:

> A identificação social da problemática ambiental e o movimento social apontam para a necessidade de repensar o desenvolvimento, principalmente, refletir sobre o que é entendido por desenvolvimento. O desenvolvimento enquanto capacidade de consumo de mercadorias, base da idéia de desenvolvimento do mundo capitalista, está alicerçado na máxima “o que conta é o que pode ser contado”, o significado alcançado pela noção de desenvolvimento — crescimento indefinido, a maturidade, o

> crescimento sem fim — é consubstanciado por algumas noções, de que, para CASTORIADES, 1987, p.146, as mais importantes são: "*a 'onipotência' virtual da técnica; a 'ilusão assintótica' relativa ao conhecimento científico; a 'racionalidade' dos mecanismos econômicos*".

Fica claro que é preciso ir além dessa noção de desenvolvimento centrada no quantitativo, no econômico e no crescimento linear sem fim.

4.1 O Parque Nacional de Ilha Grande e as propostas de Desenvolvimento para o entorno da Unidade.

Diante das constatações é preciso ressaltar quais são as propostas de desenvolvimento econômico e social incumbidos ao Parque e a população de entorno, apontadas no Plano de Manejo da Unidade.

Dentre as alternativas de desenvolvimento apresentadas pelo Plano de Manejo, Encarte IV, p. 74, está o programa de Uso Público, além dele outros programas de ação são propostos como o de Operacionalização, Proteção e Manejo, Pesquisa e Monitoramento, Educação Ambiental, Integração Externa, entre outros.

De acordo com a referência acima, um dos objetivos constante no Plano é de apoiar o ordenamento e a criação de novas atividades de turismo na região, com destaque para o Parque Nacional de Ilha Grande, como oportunidade de conhecimento, recreação e Educação Ambiental. Além de:

> Desenvolver atividades integradas de turismo praticadas no Parque e na região de entorno. Criar e implementar um programa de turismo para a região, que destaque o Parque como pólo irradiador. Incentivar o desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer de baixo impacto ambiental nessa região e que podem se integrar a outras atividades exercidas nos atrativos turísticos do Parque. Diversificar os atrativos turísticos da região de modo a manter o turista por mais tempo nos municípios ou incentivá-lo a retornar para outras visitas. Divulgar os atrativos e os roteiros turísticos junto aos meios de comunicação dos municípios da região do Parque Nacional de Ilha Grande. Encarte IV, p. 75 do Plano de Manejo.

Para realizar tais objetivos, consta no Plano de Manejo da Unidade, a criação de um grupo de trabalho interno para discutir e reavaliar a viabilidade das propostas contidas no Plano de Turismo e Uso Público da Unidade, (já em andamento); Avaliar as atividades realizadas no Parque, e regulamentar aquelas compatíveis com os objetivos da Unidade de Conservação; Suspender quaisquer atividades de Uso Público desenvolvidas por particulares dentro do Parque até a

finalização dos trabalhos de avaliação e regulamentação; Aplicar as normas de Uso Público às atividades compatíveis; Fomentar a melhoria de infra-estrutura básica e a implantação de equipamentos e de instalações turísticas nos municípios do entorno, de modo a atender públicos diferenciados; e também divulgar na mídia local dos estados fronteiriços, os locais de venda de ingressos, e as condições de visita aos atrativos turísticos.

No discurso, todos os objetivos de ação estão programados com intuito de apoiar o desenvolvimento e a prática de alternativas econômicas geradoras de renda, compatíveis com a conservação ambiental da região e com o perfil e o ramo de atividade identificados. Por exemplo:

> Apoiar o desenvolvimento de tecnologias ambientais que promovam a melhoria social e econômica das comunidades moradoras da região; Realizar parcerias com instituições de fomento e pesquisa para treinar e capacitar moradores regionais para o exercício de atividades que utilizem tais tecnologias ou métodos de trabalho; Estimular a adoção de técnicas produtivas ecologicamente equilibradas nos municípios do entorno de modo a ampliar os resultados econômicos regionais com a agregação do valor dos produtos naturais, bem como para a redução de impactos provenientes da agropecuária "tradicional" sobre os recursos naturais da região. Plano de Manejo, Encarte IV, p.72.

Apesar da projeção descrita, não está esclarecido no Plano de Manejo da Unidade como irá se realizar as propostas, nem é apresentado de maneira clara e objetiva quais seriam as estratégias adotadas para esse fim.

Há, no entanto, menção de um programa de desenvolvimento de gestão compartilhada chamado PRODETUR/SUL, no Encarte I, p. 75, do Plano de Manejo da Unidade, que visa disponibilizar recursos financeiros, através do Ministério do Esporte e Turismo (MET), junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), para o fomento da atividade turística dos estados da região sul do Brasil e do Mato Grosso do Sul. Os recursos previstos, segundo o Plano de Manejo, são da ordem de US$ 400.000.000, e estão sendo concebidos para serem executados em quatro anos.

Contudo, no estado de Mato Grosso do Sul os recursos previstos para a implantação do Prodetur Sul, não contempla a região do PNIG, pois de acordo com o Plano de Manejo, Encarte I, p. 81, a área prioritária para a atuação do programa fica na região sudeste do estado, nos municípios de Bodoquena, Bonito e Jardim, sendo responsabilidade da Secretaria de Estado da Produção e Turismo repassar os recursos.

Além disso, o único município sul-matogrossense com direito a receber *royalties* (compensação financeira) da Itaipu Binacional, pela utilização do potencial hidráulico do rio Paraná para fins de produção de energia elétrica, e pelo alagamento de áreas produtivas, é Mundo Novo, município lindeiro ao reservatório de Itaipu que tem território no PNIG.

Segundo o Plano de Manejo, Encarte II, p. 105, a maioria dos moradores locais apresenta uma ligação muito forte com o rio Paraná, suas ilhas e lagoas, sendo este motivo de orgulho para eles.

> Os representantes do poder público, da maior parte dos municípios vêem o Parque como uma fonte de recursos através da exploração turística, sem se preocupar necessariamente com a proteção da área. Esta visão ocorre, em muitos casos, da ilusão de que somente o turismo pode ser a "salvação" para todos os problemas financeiros dos municípios. Encarte II, p.106, Plano de Manejo do PNIG.

Nota-se a falta de valorização do Parque Nacional de Ilha Grande enquanto Unidade de Conservação.

O Plano de Manejo apresenta ainda, como alternativa de Desenvolvimento econômico para os municípios de entorno ao Parque, a agricultura familiar diversificada e agro-ecológica, a agricultura comercial, com o incremento de monocultura de soja e de trigo, associada à produção animal que inclui a aqüicultura, no setor primário da economia; a agroindústria no setor secundário; e o turismo, em várias modalidades, no setor de prestação de serviços. (Encarte II, p.106).

De acordo com o Plano de Manejo, a agricultura e a pecuária são as principais atividades econômicas no entorno do Parque Nacional de Ilha Grande, também a extração de areia é uma atividade consolidada na região. A produção animal está representada pela criação dos gados bovinos, suínos, eqüinos, ovinos, avicultura, sericicultura e apicultura. Nas lavouras permanentes o destaque é para a fruticultura, a presença do café é registrada em pequena escala e também o cultivo do chá-da-índia. Nas lavouras temporárias destacam-se, as culturas do milho, da soja, da cana-de-açúcar, da mandioca, trigo, feijão, arroz, algodão e amendoim. A pesca profissional é uma atividade artesanal, com expressividade localizada. Apresenta baixo investimento tecnológico e baixa produtividade. (Encarte II, p. 43 – 54).

O que se pretende com as proposições é a mudança da produção agrícola “tradicional” para a produção orgânica, como uma das formas de buscar o desenvolvimento econômico regional, levando em consideração as questões ambientais. Contudo, a realidade do mercado, a relação custo/benefício de produção, à adaptação dos produtores, a falta de incentivos e recursos financeiros para investimentos, impedem o desenvolvimento satisfatório das alternativas apresentadas.

Além disso, como ressalta MORETTI, 2007, p.16, o modelo de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul tem na agropecuária sua base de sustentação. O modelo agropecuário implantado no Brasil teve e tem como objetivo atender as necessidades de exportação e busca atingir níveis avançados de competitividade no mercado internacional, com conseqüente transformação do ambiente natural em grande escala.

Esse modelo agrícola que atende os interesses do agronegócio tem como base o uso intensivo dos elementos da natureza, a submissão da agricultura á industria e a conseqüente mecanização, visando o ganho de competitividade almejando atingir o mercado internacional, tornando-se assim, um dos geradores, do que chamamos de “problemas sócio-ambientais”, que por sua vez impulsionam a criação de Unidades de Conservação como método de conservação dos ambientes selecionados e como fonte de exploração econômica através do turismo.

Por conta disso, é preciso repensar a idéia da produção baseada na pilhagem ambiental e na exploração social, baseando-se na idéia de que os problemas sócio-ambientais estão inseridos na crise da modernidade capitalista e sua superação está associada á construção de novas relações sociais, novos paradigmas, e novas práticas que superem a idéia da dicotomia sociedade/natureza, numa perspectiva para alem do capital.

De acordo com ALMEIDA, 2007, p. 106, é comum atualmente, nos cenários global e local como nos cenários presentes e futuros, discursos que associam o ambiente com o desenvolvimento. Segundo a autora: “ambiente” e “desenvolvimento” passaram a ser efetivamente considerados como dimensões norteadoras do progresso econômico e social.

A autora afirma que, para o turismo, o ambiente resultaria de uma combinação entre o natural e o cultural sendo que é a cultura que atribui significado ao natural. Ela cita Besse (1992, p.18), quando ressalta: "O ambiente é pois um

território, isto é, uma mescla de natural e de artificial, uma humanização da natureza e uma naturalização do homem, [...]". (ALMEIDA, 2007, p. 107).

4.2 A produção do Parque Nacional de Ilha Grande, enquanto um Território Turístico

O fato é que a intensificação do uso do espaço por qualquer atividade, por qualquer forma de expressão, numa área relativamente definida, concebe o território. O uso efetivo por indivíduos e a maneira intrínseca da prática de apropriação e relacionamentos particulares estabelecidos delineiam a territorialidade.

> A territorialidade é identificada pelas práticas sociais que, por um lado, são definidas por relações de poder, através do controle, e, por outro, pela apropriação simbólica e afetiva de uma área geográfica por indivíduos ou grupos. Assim sendo, o território, nada mais é, do que a manifestação geográfica dessa territorialidade, através dos seus limites, que se dão de modo diferenciado. (RIBEIRO, 1997, p. 96).

Primeiramente, como valor de uso, o território é um forte elo de identidade; e posteriormente, como valor de troca, demonstra a apropriação.

Para SANTOS (1988), o entrelaçamento de interesses comuns unidos a formas semelhantes de utilização de uma área são elementos que estão na gênese da consolidação de um território. Ademais:

> [...] O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência. [...] (SANTOS, 2002, p. 9).

As relações sociais, as formas, os novos significados adquiridos por essa área concebe uma territorialidade pelo grupo que vai ocupar, usufruir, dinamizar e dar singularidade ao espaço. "[...] Bem amiúde, o 'planejamento do território' é apenas um planejamento do espaço, no qual o turismo constitui um princípio de organização. [...]" (KNAFOU, 1999, p. 62).

A implantação dos empreendimentos planejados para o Parna de Ilha Grande, e seu entorno, são vinculados ao processo de privatização do patrimônio público, portanto, a produção do território turístico ocorre pela privatização.

Neste Parque, o patrimônio natural de parte do arquipélago, já havia sido privatizado pela propriedade privada da terra, a partir da titulação realizada pelo INCRA no inicio dos anos de 1980, cujo foi transformado em patrimônio público em nome da conservação do meio-ambiente a partir da constituição da Unidade de Conservação de Proteção Integral em 1997. A passagem do privado para o público, quanto ao uso da terra, aparece como conflitante, sendo que a desapropriação é realizada aos poucos pelo processo de Compensação de Reserva Legal.

Em nome da conservação ambiental criou-se um problema social que em curto prazo não se efetiva uma solução, afinal cerca de 200 famílias, de acordo com o Plano de Manejo (Encarte II, p. 31), que exerciam atividades variadas em suas propriedades dentro do Parque, foram obrigadas a alterar radicalmente seu uso econômico e social da área, que passou a ser de uso restrito, ou seja, de uso exclusivo para a pesquisa cientifica e para a visitação pública ordenada. Essa providência impôs a alguns proprietários migrações forçadas, bem como desapropriações indesejadas, e até resistências conflituosas.

Este fato evidencia a separação entre o trato da problemática natural e da problemática social, vistas como “coisas” separadas, com soluções que não apresentam tratamento conjunto para aspectos da realidade.

> A passagem do privado para o público aparentemente é um avanço em relação ao processo geral de mercantilização da natureza. Mas, no caso especifico das Unidades de Conservação o circulo se completa com o retorno ao ponto inicial, a privatização do patrimônio natural, agora não mais da propriedade da terra, mas ao uso da terra e da paisagem enquanto atrativo turístico. MORETTI, 2007, p. 29.

Há esse entendimento, pois a atividade turística é considerada complexa, afinal, além de ser consumidora, é uma atividade produtora de espaços.

Nesse sentido, objetivamente o turismo se insere na “captura” do “tempo livre” do trabalhador, quando o tempo e o espaço para o lazer são mercantilizados. “Na economia global já não há tempo livre, mas a necessidade de empregar, através do deslocamento no espaço, o dinheiro poupado ao tempo do trabalho” (FERRARA, 1996:21, *In* MORETTI, 2007, p.29).

De acordo com MORETTI, 2007, p.30, turismo na modernidade é acompanhado do adjetivo “de massa”, sendo a atividade acessível a um número cada vez maior de pessoas, estando, portanto, de acordo com a idéia da produção

industrial em larga escala, pois, além de ser uma forma de produção de mercadorias, é um modo de vida que tem como estrutura básica o consumo.

URRY (1996) entende a atividade turística como estando intrinsecamente ligada à idéia de uma sociedade moderna:

> Ser turista é uma das características da experiência 'moderna'. Não 'viajar' é como não possuir um carro ou uma bela casa. É algo que confere status, nas sociedades modernas... Se as pessoas não viajarem, elas perdem o status. A viagem é a marca do status. É um elemento crucial, na vida moderna, sentir que a viagem e as férias são necessárias. (1996:19-20)

Devido à "tendência" apresentada pelos autores a cima, é justificável, a partir de uma perspectiva economicista, a criação de Parques Nacionais, que promovem, ou pelo menos tentam promover, a potencialidade turística de alguns locais internos, criando para isso, atrativos artificiais ou imagéticos, com o objetivo central de mercantilizar o patrimônio natural transformado em Unidade de Conservação.

Segundo MORETTI, 2007, p.31, especificamente no Brasil, os Parques Nacionais, passam no século XXI a serem entendidos formalmente como atrativo turístico, sendo perseguido o modelo adotado no Parque Nacional do Iguaçu, onde a exploração do atrativo turístico, as Cataratas do Iguaçu, foi terceirizada através de concessão para uso e exploração de parte do Parque Nacional pela atividade turística. De acordo com as pesquisas, este procedimento é utilizado como meta a ser atingida por outras Unidades de Conservação no Brasil, como é o caso do Parna de Ilha Grande.

Será que se espera pelos órgãos públicos os mesmos resultados "sustentáveis[34]" conferidos no Parna do Iguaçu, ao utilizarem-se da mesma metodologia de implantação turística aos outros Parques brasileiros?

Que as realidades são divergentes já é um fato, afinal, se elabora um Plano de Manejo para cada Unidade, com a justificativa de que cada qual possuem especificidades próprias.

Não que a atividade turística no Parna do Iguaçu seja realizada com perfeição, a fim de se tornar exemplo, mas com certeza, é realizada de maneira lucrativa a ponto de ser apontada como modelo e estimulo para a implantação do turístico em outros Parques Nacionais.

---

[34] Utilizamos desse termo, para expressar que o Parna do Iguaçu possui rentabilidade suficiente para manter-se sendo zelado sem investimentos públicos.

Diante disso o questionamento é um só: Como fica a população local (principalmente as de menor poder aquisitivo) sendo envolvida nesse campo de relações, cujos interesses são muitos e variados?

4.3 – Uma breve reflexão sobre a População de entorno ao Parque Nacional de Ilha Grande

De acordo com o Plano de Manejo, Encarte III, p. 136, em julho de 1976, viviam na ilha Grande 1.471 pessoas, correspondendo a 235 famílias. Até 1982, essa ilha fazia parte do extinto Parque Nacional das Sete Quedas. Segundo um dos pescadores entrevistado, por volta de 1980, a cada 200 metros da ilha Grande, existia uma família constituindo residência.

Segundo GODOY, 2001, p. 37, as enchentes do rio Paraná, foram responsáveis por graves conseqüências sociais. Durante tais períodos (que foram vários) os ilhéus ficavam instalados provisoriamente nos municípios próximos do Estado do Paraná e de Mato Grosso do Sul. As perdas agrícolas e também patrimoniais foram significativas. Os ilhéus que retornavam á ilha, de acordo com a autora, voltavam por falta de trabalho remunerado.

> Várias enchentes se seguiram, em diferentes magnitudes, e motivaram muitos dos ilhéus a saírem das ilhas, alguns retornando em seguida. Um dos principais fatores determinantes do retorno foi a não adaptação ás mudanças na economia: atividades baseadas nas culturas permanentes foram substituídas pela pecuária e culturas temporárias, inclusive mecanizadas. Plano de Manejo, Encarte III, p. 137.

Depois da criação do Parque Nacional de Ilha Grande, e as conseqüentes restrições provenientes desta criação, muitos ilhéus desocuparam suas casas e deixaram suas terras pelo temor ás penalidades ambientais. Embora os ilhéus já estavam adaptados com o ambiente e ligados de maneira afetiva com as localidades a qual residiam.

A partir das entrevistas realizadas com ex-ilhéus, percebe-se que o elo de identidade é superior ao elo de apropriação do território.

Apesar de não ser contabilizado atualmente o número de famílias residentes no Parque de Ilha Grande, é constante no Plano de Manejo que a população do Parque é composta por pecuaristas, sericicultores, aposentados, desempregados, bóias-frias, entre outros. (Encarte III, p. 137).

Aos ilhéus que continuam trabalhando de maneira produtiva em suas terras nas ilhas, (plantando culturas temporárias, mantendo culturas permanentes, criando animais de corte e também domésticos), são incumbidas á estes, pesadas e muitas vezes, impagáveis multas pelo órgão fiscalizador da Unidade.

Como já mencionado pela Chefe do Parque, uma parte dos ilhéus das áreas tituladas pelo INCRA, recebeu indenização da Eletrosul Centrais Elétricas S/A, consta no Plano de Manejo da Unidade, que alguns titulados (sem especificação do número) foram remanejados para áreas de assentamentos no Estado do Paraná. Contudo a falta de adaptação e o receio por perder os direitos à indenização fizeram muitos ilhéus voltarem a constituírem residência no Parque, mesmo sem titulação. (Encarte III, p. 137).

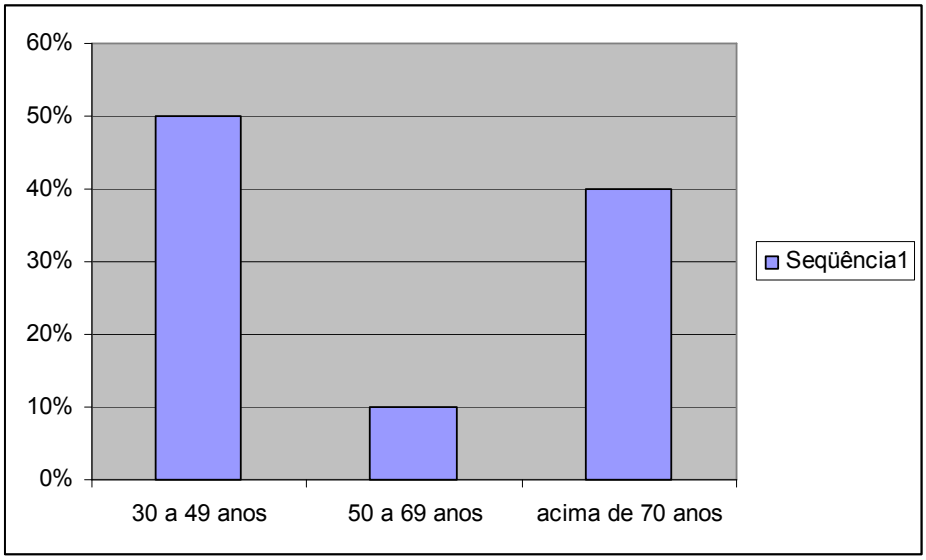
De acordo com as pesquisas realizadas, constatou-se que partes da população que desocupou suas terras nas ilhas o fizeram na ilusão de receberem o valor indenizatório de imediato.

Após uma análise inicial da área em estudo, com base nas observações, foi possível identificar diferentes grupos sociais os quais viveram e participaram da transformação e/ou influenciam no processo de transformação das Ilhas, ao mesmo tempo em que a comunidade que ali morava teve que abandonar suas terras e casas, com a promessa de indenização, sendo que alguns ainda esperam o dinheiro da desapropriação para reconstruírem suas vidas.

Na tentativa de caracterizar a população de ex-ilhéus fez-se uma analise da faixa etária, da profissão exercida fora das ilhas, e da instrução escolar, das 14 pessoas entrevistadas no ano de 2007, residentes no antigo Porto Santo Antônio e na zona urbana de Itaquiraí-MS. Entende-se que essa analise serve como amostra da situação geral das populações tradicionais que fizeram parte da história de constituição de um território, hoje destinado á conservação.

As faixas etárias da população de ex-ilhéus entrevistada foram divididas em três na representação gráfica (30-49; 50-69 e acima de 70). Fica evidente que a maioria da população, 50%, tem entre 30 e 49 anos, o que vale dizer que a maioria é economicamente ativa e está em pleno gozo de sua vida profissional. O Gráfico á baixo ilustra melhor essa situação:

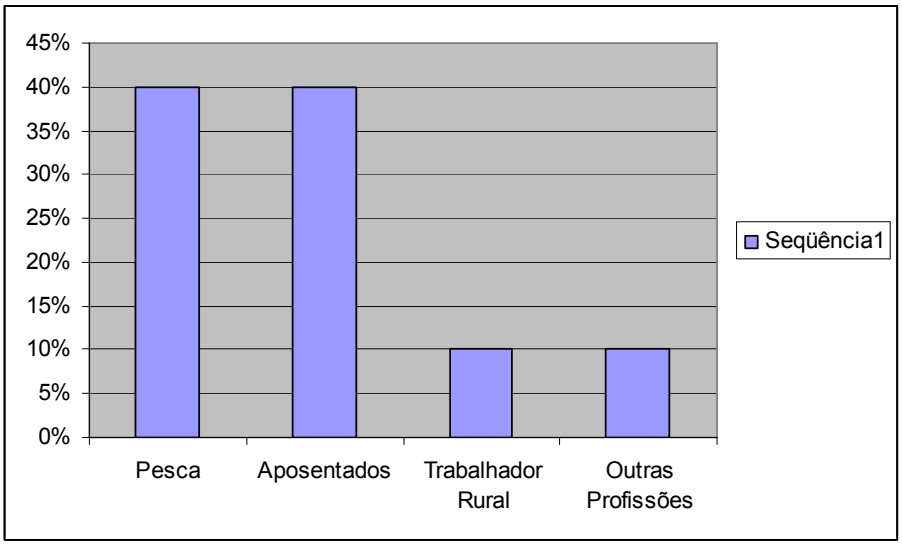
Figura 8 – Gráfico sobre a faixa etária da população investigada.



Com relação a classificação profissional, podemos observar no gráfico a seguir que uma grande parte da população entrevistada, são de aposentados e pescadores, que devido a falta de qualificação profissional encontram na pesca o único meio de sobrevivência, pois os mesmo passaram praticamente a vida toda na ilha e não aprenderam a desenvolver outras atividades profissionais que não seja a pesca e a lavoura.

De maneira singular, os que são pescadores e também trabalhadores rurais, estão residindo atualmente no antigo Porto Santos Antonio. As pessoas entrevistadas que aparecem nessa analise como aposentados e de outras profissões, tais como do lar, empregada doméstica, zelador, guarda noturno, residem atualmente na cidade de Itaquiraí-MS e sobrevivem juntamente com as respectivas famílias de no mínimo 03, no máximo 06 integrantes com a rentabilidade de um salário mínimo.

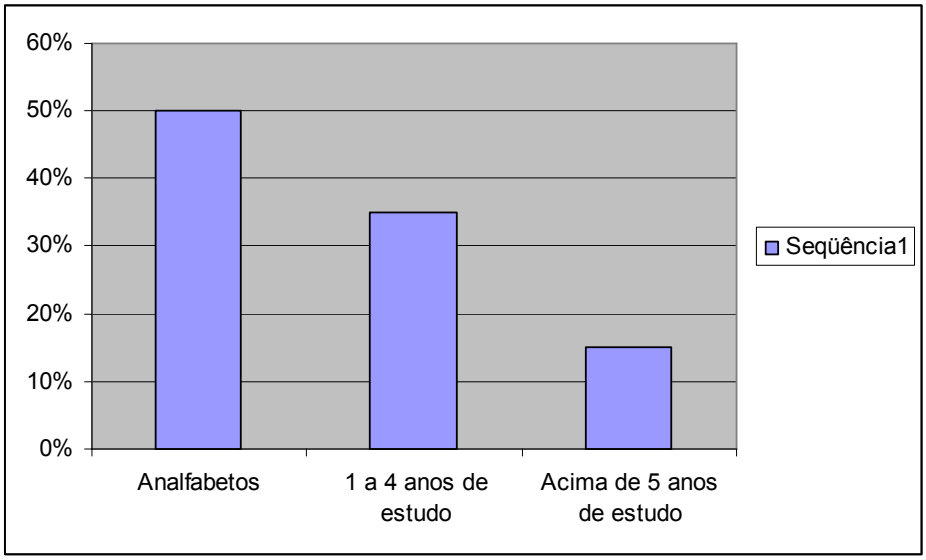
Figura 9 – Gráfico sobre a classificação profissional da população investigada.



Levando-se em consideração o grau de instrução dos entrevistados, a maioria é analfabeta ou possuem somente as séries iniciais do ensino fundamental, como pode ser observado no próximo gráfico. Esse fato dificulta a sobrevivência no perímetro urbano, uma vez que a maioria dos empregos oferecidos nas cidades necessita de mão-de-obra qualificada e um certo grau de escolaridade.

As condições de desemprego e de subempregos hoje é uma realidade abrangente principalmente nos países colonizados de forma predatória, a alternativa que se apresenta com maiores condições de amenizar essa situação (a curto e médio prazo) está vinculada á reforma agrária e aos incentivos á produção familiar agrícola de subsistência, ou seja, a alternativa mais cogitada está em provocar o retorno do homem ao campo.

Figura 10 – Gráfico sobre a escolaridade da população investigada.



Ao serem questionados sobre os problemas enfrentados por estes ex-moradores das ilhas, o não pagamento da indenização é o mais acentuado, pois eles afirmam não possuírem condições financeiras de recomeçarem suas vidas sem esse recurso, “A gente saiu de lá porque eles disseram que iam pagar a indenização, e até hoje nada” diz um dos pescadores ribeirinho de Itaquiraí entrevistado em 2007, que encerra sua entrevista dizendo “lá a terra é muito rica, tudo o que se planta fica bonito, dá gosto de morar e viver lá”.

Esta visão fragmentada mostra um conflito nas idéias do pescador sobre meio ambiente e natureza, considerando o ser humano como não natural ao mesmo tempo em que tem uma idéia do ser humano pertencendo ao meio ambiente, porém um meio ambiente que se distancia e se desarticula, provavelmente em virtude do rompimento das relações anteriormente mantidas com a Ilha.

Percebe-se em geral, que os ilhéus possuem um fraco poder de articulação com as autoridades, refletido também na sua falta de conhecimento, pois ao serem “convidados” a deixarem suas terras e casas com a promessa de indenização, por parte dos órgãos públicos fiscalizadores do Parque, saíram de boa fé esperando que em breve seus problemas seriam resolvidos e suas vidas estariam reestruturadas.

Em todos os municípios lindeiros ao Parque Nacional de Ilha Grande, do Estado de Mato Grosso do Sul, há habitantes ribeirinhos instalados na Área de

Proteção Permanente do rio Paraná, alguns deles, são ex-ilhéus que ao deixarem suas propriedades no Parque ocuparam as determinadas localidades com o propósito de continuar com a atividade da pesca exercida profissionalmente.

No município de Naviraí, a colônia de pescadores situa-se no Porto Caiuá, área externa ao Parque, que se torna estratégica no Plano de Manejo da Unidade, por ser um ambiente que compreende a extensa planície de inundação do rio Amambaí, de grande importância como corredor de biodiversidade entre o PNIG e o PEVRI. Nesta localidade em especifico é grande o interesse da população local de se beneficiar com o advento do turismo.

No município de Itaquiraí há dois grandes assentamentos do INCRA que fazem limite com o rio Paraná, é a área onde se concentra a maior densidade populacional do entorno do Parque. Na região do antigo Porto Santo Antônio situa-se a colônia de pescadores, próxima a essa localidade está a Praia da Amizade, usada como área de lazer pela população local e também regional. De acordo com o Plano de Manejo, “ali se constatou uma forte pressão humana exercida sobre a natureza do Parque”. Indiretamente essa pressão decorre do lançamento de agrotóxicos e afluentes domésticos dos rios Maracaí e Maracaizinho, que desembocam no rio Paraná. (Encarte IV, p.100).

Um dos assentamentos (Indaiá) já possui titulo definitivo de propriedade, podendo ser comercializado, contudo, as Áreas de Proteção Permanente que foram indevidamente loteadas pelo INCRA encontra-se em processo de regularização. De acordo com o Cartório de Registro de Imóveis da comarca, no assentamento Sul Bonito, onde se encontra o antigo Porto Santo Antônio e a Praia da Amizade, há irregularidades constando no desmembramento territorial, por isso, esse assentamento não pode ser registrado.

No município de Eldorado, a Área de Proteção Permanente povoada por pescadores e profissional diversos, dentre eles oleiros, abrange o distrito Morumbi, uma pequena aglomeração humana semi-urbanizada à margem do rio Paraná. Segundo o Plano de Manejo:

> Embora sua população seja pequena, as condições precárias de saneamento básico vêm comprometendo a qualidade do solo e do rio e, conseqüentemente a qualidade de vida de seus moradores. Para que a área participe dos roteiros turísticos da região, juntamente com o Parque e outras localidades é preciso investir no saneamento e na capacitação de mão-de-obra local. (Encarte IV, p. 104).

No município de Mundo Novo, as poucas famílias de pescadores tradicionais do rio Paraná, estabelecidas na APP, residem nos antigos Portos. Não houve uma proximidade com tais famílias, contudo as áreas serão utilizadas no processo de potencialização turística, como todas as áreas que se delimitam com o Parque, a fim de desenvolver a atividade e ampliar o acesso á Unidade.

Com exceção dos habitantes do Porto Caiuá, as populações locais não estão integradas com os projetos turísticos a serem planejados e desenvolvidos nas respectivas áreas. Seria de extrema importância que essas pessoas participassem de todo o processo, mesmo que não fossem beneficiadas diretamente com a ação.

Ao contrário, todo esse processo é feito nos gabinetes e secretarias, e as últimas pessoas a saberem sobre as mudanças e alterações no modo de vida são aquelas que efetivamente sofrerão com as conseqüências das tais ações. Segundo ALMEIDA, 2007, p.114:

> Um elemento fundamental de uma política de turismo e gestão ambiental eficaz e socialmente aceita é assim o conceito de "responsabilidade compartilhada", surgido na junção da visão dos eco socialistas e da visão dos adeptos da participação efetiva das comunidades na definição e escolha do modelo de turismo por elas adotado. Essa consiste em trocar uma visão de um trato das questões ambientais, em que de um lado existem os agentes infratores e do outro lado o Estado fiscalizador-punidor, por uma outra na qual há uma responsabilidade e ação assumidos por todos os agentes sociais. Estes, governamentais e não-governamentais, desempenham as tarefas articuladas e complementares que permitem alcançar objetivos ambientais em torno dos quais é estabelecido um consenso social. Diálogo e senso comum, bem como a transparência da tomada de decisão são condições necessárias para uma efetiva co-responsabilidade.

De acordo com a autora, casos de ocorrência de uma valorização de maior participação por parte de comunidades e populações locais na definição da aceitação do tipo de turismo e no planejamento do turismo desejável são registrados como experiências bem sucedidas. Também é lembrada a valorização dos procedimentos de parceria entre atores públicos, privados e associativos na busca de estratégias que conciliem conservação e turismo.

Afinal, é a população local que conhece empiricamente o ambiente e o espaço geográfico, construído por ela primeiramente, por suas relações sociais cotidianas. Seria justo que essa mesma população que faz parte da história da região se beneficiasse também com a exploração turísticas das distintas áreas e não fossem excluídas pelo processo de elitização do espaço geográfico ou pela constituição de territorialidades impostas pelo capital ou pelo poder público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas nesta dissertação, fruto de pesquisa acadêmica que teve como metodologias o diálogo através de entrevistas estruturadas, de conversas com agentes envolvidos na problemática aponta levantamento de dados em órgãos oficiais, e com o estudo de obras teóricas e de estudo de caso sobre a área pesquisada, é possível apontar necessidades de ações concretas para a consolidação da Unidade de Conservação em uma perspectiva de valorização sócio-ambiental.

Outras reflexões são levantadas no que diz respeito à constituição de Unidades de Conservação no Brasil, sendo central a idéia de superar o modelo de Unidades de Conservação praticadas nos países centrais do capitalismo, que apresentam historia e relações sociais próprias destes países. Em países colonizados, dos trópicos, como o Brasil, com suas características ambientais e sociais próprias, deve ser constituído um sistema de Unidades de Conservação considerando as realidades nacionais, para implantação de Unidades de Conservação e, principalmente, no formato da gestão destas áreas.

Também se faz uma discussão a respeito da conjugação realizada a partir das políticas públicas de conservação da natureza e de desenvolvimento econômico pela valorização da mesma, afinal, a implementação de Unidades de Conservação tem o propósito de resguardar os recursos naturais como um patrimônio de valor, e o desenvolvimento da atividade turística em áreas naturais tem o intuito de promover rentabilidade financeira a partir da valorização ideológica de tais elementos, além disso, o turismo enquanto uma prática social, cultural e econômica, permite que o patrimônio natural seja resguardado pelo fato de esse ser a fonte de renda dos investidores.

Além da discussão e das reflexões o trabalho apresenta partes da história do Parque Nacional de Ilha Grande e busca apresentar as atuais relações sociais que circundam a Unidade. A partir dos levantamentos e das construções de dados, constatou-se:

- O processo de desocupação do Parque Nacional de Ilha Grande não se trata de um simples desequilíbrio nas relações da população que ali reside com os componentes ambientais. Decorre antes, de um complexo de problemas sociais,

econômicos e políticos, cuja questão distributiva da renda assume papel central. Por esse motivo, não pode ser dissociado das relações de produção e de trabalho, ou seja, das condições materiais de sobrevivência, que se manifestam intensamente na produção do espaço.

- As propostas turísticas estão sendo projetadas pelo poder público a fim de serem desenvolvidas no interior do Parque e em seu entorno, desta forma, é essencial repensar a idéia que relaciona a conservação ambiental com a internalização da natureza no processo econômico, sendo entendida a atividade turística em Unidades de Conservação uma das formas de privatização do patrimônio natural.

- Mesmo, sem a infra-estrutura necessária, é visível o uso do Parque Nacional de Ilha Grande no *marketing* de divulgação da região turística Cone Sul do Estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com o Plano de Manejo, Encarte III, p. 139:

> O Parque Nacional de Ilha Grande é um grande "chamariz" para a atividade turística da região, sendo exaltadas sua paisagem e sua fauna alóctone. Entretanto essas exaltações estão sempre em um nível leigo, simplificado e, comumente equivocado de ecologia. Esta estratégia é muito forte em Guaíra-PR, a maior das cidades próximas, que já viveu do turismo de Sete Quedas. Nos outros municípios, parece ser o rio Paraná a "isca" para os turistas pescadores.

Segundo o Plano de Manejo, uma das maiores preocupações das populações do entorno do Parque é sobre o futuro uso desta Unidade de Conservação para turismo e lazer. Para a primeira atividade o enfoque é evidentemente econômico, para a segunda, é mais voltado para a identidade da população regional com o rio Paraná.

De acordo com o Plano de Manejo, Encarte I, p. 86, a região do Parque Nacional de Ilha Grande, tanto no Estado do Paraná, quanto no Mato Grosso do Sul, apresenta potencial para o turismo agroecológico, portanto um incentivo a este setor, bem como a busca de parcerias para expandi-lo é considerada pelo Instituto Chico Mendes, uma atividade positiva para a região.

Diante do exposto no Plano de Manejo do Parque, este possuí potencial turístico para receber visitantes interessados em contemplação dos elementos naturais da Unidade. Desta forma, tem-se como principal atrativo turístico: a fauna e a flora, além dos ambientes locais.

Para que os elementos naturais tornem-se efetivamente um atrativo turístico, é necessário desenvolver um processo de *marketing* que constrói ideologicamente as sensações e as experiências vivenciadas no local como agradáveis e prazerosas.

Uma das poucas propostas de criação de atrativos para o Parque está ligada á prática turística voltada à observação de aves em seu hábitat natural, conhecida no mundo todo como: *Bird watching*.

> Levando-se em consideração o potencial do Parque Nacional de Ilha Grande em receber um turista diferenciado, é possível aproveitar a avifauna local como um interessante atrativo para observadores de aves, uma atividade em crescimento no Paraná e muito forte em todo o mundo. (Plano de Manejo, Encarte III, p. 115).

Para os municípios investigados, o turismo no rio Paraná é considerado fundamental para o desenvolvimento econômico regional. Objetivando esse desenvolvimento as secretarias responsáveis pela atividade turística de cada município, buscam parcerias entre os órgãos públicos e também instituições privadas, a fim de investir no setor.

Vale ressaltar que anterior á busca de incentivos e parcerias para a expansão do setor turístico, a preocupação deverá ser a de criar condições e infra-estrutura nos municípios, tais como: saneamento, estradas, estrutura hoteleira, entre outros, primordiais para receber a demanda a ser gerada. Encarte I, p. 87 do Plano de Manejo da Unidade.

Os desejos de atuação na atividade turística pelas comunidades locais são expressas principalmente pelos moradores do Porto Caiuá, em Naviraí-MS, de acordo com as entrevistas, toda a população ribeirinha do rio Paraná, está impossibilitada de efetivamente implantarem práticas turísticas por falta de recursos financeiros.

Devido a essa realidade sugerimos as seguintes medidas:

- capacitar de forma sistemática a população local para que esta possa competir no mercado turístico, pelo menos com a oferta da mão-de-obra qualificada;

- determinar a capacidade de carga tanto das áreas naturais quanto de regiões próximas aos lugares povoados, com o fechamento temporário das áreas que tenham ultrapassado sua capacidade de carga, evitando dessa forma impactos

irreversíveis e conseqüentemente a perda da atratividade e da potencialidade das áreas em uso;

- estabelecer um monitoramento ambiental (biológico e social) para avaliar os efeitos provenientes da atividade turística nas áreas de visita e nas estruturas de acomodações;

- estimular uma demanda por produtos produzidos pela população de entorno do Parque, seja da pesca artesanal, agricultura ou pecuária. Estimular também o artesanato local que utiliza como motivação e matéria-prima a paisagem e os recursos naturais locais, respectivamente;

- controlar a participação da renda gerada pelo turismo, para que uma parte significativa dos recursos obtidos nas atividades turísticas seja revertida ao Parque Nacional de Ilha Grande e às comunidades locais.

Principalmente, é essencial que o processo turísticos, com suas práticas e mediações, seja controlado pelos moradores locais, que devem controlar e definir o formato deste turismo, superando o modelo de entrega do bem público para a exploração turística por um determinado tempo. Para que isso ocorra é fundamental criar parcerias entre população local e gestão pública, e ao mesmo tempo romper com disputas de poder entre a própria comunidade.

De acordo com ALMEIDA, 2007, p. 108, o turismo exercido em área natural tornou-se um dos segmentos mais promissores de uma das atividades mais dinâmicas da economia mundial. A autora cita Serrano (1997), quando afirma: “na atualidade é com base na representação da natureza como paisagem, e como cenário para as ações humanas, que se institui o seu consumo pelo turismo”.

> O turismo é híbrido sendo simultaneamente um enorme potencial de desenvolvimento econômico e, igualmente, de degradação do ambiente. Híbrido, também, no sentido de ser o turismo um produtor e consumidor de ambiente quando o Estado, investidores privados e comunidades incentivam a sua prática. (ALMEIDA, 2007, p.115).

Considerando a implantação de Unidades de Conservação, com diferentes objetivos, constituindo territórios específicos a partir da idéia da preservação ambiental e a fragmentação territorial em nome da conservação, conclui-se que o poder público na tentativa de atrair fluxos turísticos acaba por construir o território segundo as necessidades dos turistas e alicerçado nos interesses do mercado, através de investimentos em infra-estrutura ou mesmo por legislação favorável à prática turística.

Atualmente as territorialidades no Parque Nacional de Ilha Grande estão sendo impostas pelos veranistas em confronto dominante com a população local e com o poder público federal. Espera-se, no entanto uma mudança nos novos territórios e territorialidades a serem constituídos, onde essa mesma população local seja beneficiada de alguma forma a partir das futuras relações.

As propostas turísticas a serem desenvolvidas pelos municípios que se delimitam com o Parna de Ilha Grande, deverão estar em conformidade com as ações, regras, limitações e possibilidades de uso ligadas ao zoneamento constante no Plano de Manejo da Unidade.

Para não haver uma estagnação no processo de exploração turística é essencial que cada município ofereça atratividades distintas, para assim diversificar os produtos turísticos a serem comercializados. Logicamente controlando o acesso público aos atrativos naturais.

É importante criar condições especificas de acesso para promover a visitação ao Parque pelas comunidades locais, e não permitir que o patrimônio natural de sociocultural do Parque e região seja depreciado em detrimento de ganhos econômicos imediatistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. N. **Bases conceptuais e papel do conhecimento na previsão de impactos.** *In:*AB'SABER. A. N.; MÜLLER-PLATENBERG, C. Previsões de Impactos. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1998. p. 30.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Turismo e os Paradoxos no Consumo e Conservação do Ambiente.** Atelie Geografico, v. 1, p. 102-118, 2007. Disponível em: www.revistas.ufg.br Acessado em Junho de 2009.

ASSIS, Lenilton Francisco de. **A difusão do turismo de segundo residência nas paisagens da ilha de Itamaracá-PE**. Boletim Goiano de Geografia. 21 (2): 103-135. jul./dez. 2001. Disponível em: www.revistas.ufg.br Acessado em Janeiro de 2009.

ASSIS, Lenilton Francisco de. **Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de analise geográfica**. Revista Território. Rio de Janeiro, ANO VII – n. 11, 12 e 13 – set./out. 2003. Disponível em: www.artigocientifico.com.br Acessado em Janeiro de 2009.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro:Jorge Zahar Editor, 2001.

BECKER, Bertha K (1995). **Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto na região costeira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *In* ASSIS, Lenilton Francisco de. **Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de analise geográfica**. Revista Território. Rio de Janeiro, ANO VII – n. 11, 12 e 13 – set./out. 2003. Disponível em: www.artigocientifico.com.br Acessado em Janeiro de 2009.

BERTONCELLO, Rodolfo. **Turismo y preservación ambiental: conflictos y contradicciones El caso del Parque Nacional Nahuel Huapi (Argentina).** Trabajo presentado en el IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local, organizado por el Núcleo de Estudos em Meio Ambiente e Turismo-NEMATUR, Joinville (Brasil), noviembre de 2000.

BERTONCELLO, Rodolfo. **Patrimonio y territorio. Claves e partir de la valorizacion turística.** Presentado en *Terceras Jornadas Interdepartamentales de Geografia*, Tucuman, octubre, Buenos Aires: mimeo, 2004.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Tradução de Fernando Tomáz. FADITU – BIBLIOTECA "PADRE PIERONT". Rio de Janeiro – RJ. Bertrand Brasil, 1998, 332 p.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista. A degradação do trabalho no século XX.** Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3ª ed. 1.974.

BRASIL. Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação. Áreas Protegidas do Brasil. Brasília: IBAMA/MMA, 2006. Disponível em www.mma.gov.br. Acesso em 10/06/09.

CAMPOS, J.B.(org.) **Parque Nacional de Ilha Grande: re-conquista e desafios.** 2ª ed. – Maringá: IAP, 2001. 118p.:il.

CAPEL, Horacio. **Filosofia y ciência en la Geografía contemporânea: una introducion a la Geografia**. Barcelona, Barcanova 1981

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Circulo do livro, s.d. 1993.

CARVALHO, Daniel Mostacada Pinho. *et al*. **Concessão de serviços e atrativos turísticos em áreas naturais protegidas: o caso do Parque Nacional do Iguçu.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n.24, p.171-210, set. 2006. Disponível em www.**bndes**.gov.br/conhecimento Acessado em Junho de 2009.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto**/2. **Os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

CHAUI, M. Introdução. In: LAFARGUE, P. **O direito à preguiça**. São Paulo:HUCITEC, UNESP, 1999.

CORIOLANO, Luzia Neide M. T. **O turismo e a relação sociedade-natureza:** realidade, conflitos e resistências. Fortaleza: UECE, 2006.

COSTA, C.A, *et.al.***O Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema-MS: Produção do Território e Proteção Ambiental**.(UFMS, Campus Dourados) 2005.

CUNHA, S.B*, et.al* (org.). **Avaliação e perícia ambiental**, 2ª ed.-Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2000. 296p.

CUNHA, S.B. e GUERRA, A.J.T. **A questão ambiental.** Diferentes Abordagens, Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente.** São Paulo: Editora Atlas, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ecologia Humana e Planejamento em áreas costeiras**, Nupaub-USP, 1996

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996

DIEGUES, A. C. ; NOGARA, P. J. **O Nosso Lugar Virou Parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá-Parati – Rio de Janeiro**. 2ª ed. São Paulo: NUPAUB/USP,1999.

FERNANDES, F, *et.al*. **Dicionário Brasileiro Globo**, 53. ed. - São Paulo: Globo 2000.

FONTOURA, L. M. ; SIMIQUELI, R. F. ; SILVEIRA, M. A. T. . **A evolução das unidades de conservação brasileiras: da preservação às políticas de sustentabilidade.** In: II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de

Conservação/ Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia, RJ. Anais do II Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação/ Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007. Disponível em www.physis.org.br Acessado em Junho de 2009.

GARCIA, Rita Maria de Paula. **Organização do espaço turístico no Rio Sucuriú-MS: residências secundárias.** Seminário Temático de Geografia do Norte do Paraná - XXI Semana de Geografia na Universidade Estadual de Londrina de 3 a 8 de outubro de 2005. AGB - Seção Londrina-PR; CCE - UEL. Publicação não paginada.

_____. **Turismo e lazer ás margens do baixo Rio Sucuriú: características e dimensões das residências secundárias.** XIV Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos em Três Lagoas entre os dias 25 e 30 de setembro de 2006. Editora UFMS; AGB - Seção Três Lagoas-MS. p.1047-1058.

_____. **Territorialidade do Lazer e Turismo em uma Área Ribeirinha: Análise do Baixo Rio Sucuriú, Município de Três Lagoas-MS.** Caxias do Sul, 2008. Disponível em: www.ucs.br/ucs/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/trabalhos. Acessado em Janeiro de 2009.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GODOY, A.M.G. Aspectos Socioeconômicos da Região de Ilha Grande. In: CAMPOS, J.B. (org). **Parque Nacional de Ilha Grande: re-conquista e desafios**. Maringá 2001. 2. edição.

_____. **Populações Tradicionais no Parque Nacional de Ilha Grande**. Revista Geonotas. Volume 5, n. 4. Out/nov/dez/ 2001. Maringá. UEM 2001. Disponível em www.dge.uem.br/geonotas/vol5-4/amalia.shtml. Acessado em Fefereiro de 2009.

GONÇALVES, C.W.P. **OS (des)caminhos do meio-ambiente**, São Paulo: Contexto, 1989.

GRESSLER, L.A. **Introdução à pesquisa, projetos e relatórios.** Edição Layola, São Paulo, Brasil, 2003.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA Sandra Baptista da. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume,2005.

HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

HERNÁNDEZ, José Luis Sánchez. **Naturaleza, localización y sociedad: tres enfoques para la geografía económica**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2003, p.17-190.

IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) 2002. **Roteiro Metodológico de Planejamento – Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica**. Brasília: IBAMA.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) 2008. **Plano de Manejo para o Parque Nacional de Ilha Grande**. Curitiba: DIREP.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do Turismo.** São Paulo: Pioneira, 1999.

KNAFOU, Remy. Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastreri. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

LAGE, Beatriz Helena Gelas e MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2001.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares.** In: III Encontro Nacional de Turismo com Base Local, 1999, Manaus. Turismo em análise, 1999.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes (orgs). **Olhares contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas- SP, 2000.

_____. Turismo e território: sustentabilidade para quem? In: BARRETO, Margarita; TAMANINI, Elizabete (Org.). **Redescobrindo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002. p. 111-125

MARTINE, G. (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições.** -2ª ed.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira - a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENDONÇA, F.A. **Geografia e meio ambiente**, 3ª ed.-São Paulo: Contexto, 1998. (Caminhos da Geografia)

MILANI, Patrícia Helena; ARANHA-SILVA, Edima. **As transformações sócio-espaciais e ambientais no município de Aparecida do Taboado-MS e sua inserção no Projeto Região Turística Costa Leste-MS.** XV Encontro Sul-mato-grossense de geógrafos A Geografia a serviço da sociedade. Corumbá, 2007. Anais... Corumbá, CD-ROM. (Artigo completo)

MORETTI, E. C. **O ideário da sociedade ocidental sobre a natureza e o conceito de "Desenvolvimento sustentável"**, Revista de Geografia, nº 3, AGB-seção Dourados-MS, 1996, p. 15-27.

MORETTI, E.C, *et.al*. **Políticas públicas e recursos hídricos. Produção do espaço na bacia hidrográfica do rio Dourados.** Revista de Geografia. Dourados: AGB nº12, 2000, p.23-30.

_____. **Atividade turística: produção e consumo do lugar Pantanal**. In BANDUCCI JR., MORETTI E. C., *Qual paraíso?: turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal.* São Paulo: Chronos: Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

_____. **Paraíso visível e real oculto. A atividade turística no Pantanal**. Campo Grande:Editora da UFMS, 2006.

_____. **Relatório de Pós-Doutorado** apresentado ao Instituto de Geociências da UNICAMP. 2007.

MORETTI, E.C. e LOMBA, G. **Precarização do trabalho e territorialidade turística em Bonito-Ms**, Terra Livre, São Paulo:AGB, nº24, jan.jun 2005.

MORETTI, Silvana Aparecida Lucatto. **Atividade Turística e Transformações territoriais no município de Jardim – MS**. Dissertação de Mestrado. Dourados: UFMS, 2002.

NUNES, F.G. **A importância do econômico na Geografia atualmente: algumas questões para o debate**. Terra Livre, n.27. São Paulo: AGB, 2006, p. 185 – 196.

OLIVEIRA, A.U.de. "**A Mundializacao do capitalismo e a geopolítica mundial no fim do século XX**". *In*: ROOS, J.L.S.(org). Geografia do Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000, 549p.

OMT, (org.) **Introdução ao turismo**. Tradução: Dolores Martin Rodrigues Córner. São Paulo: Roca, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Trad. Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. Prostituição de rua e turismo em Copacabana – a avenida Atlântica e a procura do prazer. **Território**. Rio de Janeiro: Garamond. Ano 2, n. 3, p. 87-99. jul./dez. 1997.

RODRIGUES, S.A. **Destruição e equilíbrio: o homem e o ambiente no espaço e no tempo**, São Paulo: Atual, 1989. (Série meio ambiente).

RODRIGUES, A.M. **A questão ambiental e a (re)descoberta do espaço: Uma nova relação Sociedade/Natureza?**, Boletim Paulista de Geografia, São Paulo:A.G.B. n° 73, 1994.

_____. **A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental.** En: Eduardo Yázigi et al. (orgs.), Turismo, espaço, paisajem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Desenvolvimento sustentável e atividade turística**, in: LUCHIARI, M.T.D.P. (org.), *Turismo e meio ambiente*, Coleção Textos Didáticos, Campinas:IFCH/UNICAMP, nº 31(2), dezembro de 1997.

_____. **Produção e consumo do e no espaço. Problemática ambiental urbana,** São Paulo:HUCITEC, 1998.

_____. **O Mito da Sustentabilidade da Atividade Turística.** In: Junior, Álvaro B.; Moretti, Edvaldo C.. (Org.). Qual Paraíso? Turismo e Ambiente em Bonito e no Pantanal. 1 ed. São Paulo: Chronos, 2001, v. , p. 19-38.

RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.) **Turismo e espaço**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Espaço e Sociedade: ensaios**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982

_____. **Espaço e Método**. São Paulo:Nobel, 1985.

_____. **A natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.251 – 274.

_____. **Sociedade e espaço: a Formação Social como teoria e como método**. *Boletim Paulista de Geografia*, n.54, p. 81-99, 1977.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. "A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo". *In*, **"Fim de Século e Globalização"**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SERRANO, C. e LUCHIARI, M.T.D.P. **(Eco) turismo e meio ambiente no Brasil: territorialidades e contradições**, in: TRIGO, L. G. G. Análises regionais e globais do turismo brasileiro, São Paulo: Roca, 2005.

SILVA, Charlei Aparecido da. **Analise sistêmica, turismo de natureza e planejamento ambiental de Brotas: proposta metodológica**. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, SP.: [s.n.], 2006.

SILVA. Juliana Maria Oliveira & SILVA. Edson Vicente da. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A QUESTÃO DO TURISMO: UM ESTUDO DE CASO NO MONUMENTO NATURAL DAS FALÉSIAS DE BEBERIBE / CEARÁ.** Anais: II Seminário Internacional de Turismo Sustentável. Fortaleza-CE, Maio de 2008. Disponível em www.oktiva.com.br/sispub/. Acesso em 10/06/09.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SNUC, Sistema Nacional de Unidades de conservação da Natureza: Lei no 9.985, de 18 de Julho de 2000.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Território, logística e mundialização do capital. In: *Dinâmica econômica e novas territorialidades***. SPOSITO, Eliseu Savério (org.). Presidente Prudente, GAsPERR/Unesp, 1998.

_____. **A propósito dos paradigmas e orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea**. *Terra Livre,* n. 16. São Paulo: AGB, 2001, p. 99-112.

_____. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). Tradução: João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TULIK, Olga. **Residências secundárias**: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo. 1995. 154f. Tese (Livre Docência) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

_____. **O Espaço Rural Aberto à Segunda Residência**. In: LIMA, Luiz Cruz. Da Cidade ao Campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

_____. **Turismo e meios de hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001.

TURRA NETO, Nécio. Do território aos territórios. IN: MAGNONI JÚNIOR, Lourenço; SOUZA, Edson Belo Clemente de; SOUZA, Álvaro José de. **Paisagem território região**: em busca da identidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000, p. 87-101.

URRY, J. **O olhar do turista**. São Paulo: Studio Nobel:Sesc, 1996.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

http://www.scielo.br-pdf-csp-v16n3-2947.pdf.

http://www.ambito-juridico.com.br.

http://www.eca.usp.br/turismocultural/EntrevistaTulik.htm - 95k.

http://www.ecoviagem.com.br/parques-nacionais/parana/ilha-grande/.

http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-parques nacionais.

http://www.revistaturismo.com.br/Ecoturismo/araguaia.html Julho de 2001.

http://www.amazonia.org.br

http://www.brasilturismo.com

http://www.eco.tur.br

http://www.eldorado.ms.gov.br/

http://www.ferias.tur.br

http://br.geocities.com/ibamapr/ilgrande

http://www.guiageo-parana.com

http://www.ibama.gov.br

http://www.ibge.gov.br

http://www.itaquirai.ms.gov.br/

http://www.jacareagora.com/eventos/prainha

http://www.moderna.com.br

http://www.mundonovo.ms.gov.br/

http://www.navirai.ms.gov.br/

http://www.portalms.com.br/noticias

http://www.ucs.br

Apêndices

1º Roteiro para entrevista com a Chefe do P.N.I.G. Gabriela Leonhardt

1- Como aconteceu a distribuição e legalização das terras do atual Parque Nacional de Ilha Grande á apropriação humana?
2- Como aconteceu o processo de desapropriação da área pertencente ao Parque? Por qual órgão?
3- Algumas famílias já receberam a indenização pela desapropriação? Por parte de qual órgão?
4- Existem, nas dependências do Parque, alguma família constituindo residência atualmente? (quantidade estimada)
5- O que os órgãos governamentais estão fazendo para resolver a situação das pessoas que dependiam daquele lugar para sobreviverem?
6- Sobre a aquisição de terras no Parque pelos fazendeiros do Estado do Paraná, você poderia nos esclarecer as condições e diretrizes que implementam esse acordo?
7- O valor de aquisição dessas terras é definido por alguma tabela comercial, ou fica a critério dos negociantes?
8- Quais os seguimentos sociais que irão se beneficiar com esse acordo?
9- Qual a Lei que possibilita esse acordo compensatório entre fazendeiros e proprietários de Ilhas no Parque?
10- Você poderia nos fazer um panorama ressaltando a questão das queimadas no interior do Parque?
11- Foi avaliado o grau de destruição do ultimo incêndio? A qual proporção de percas ele chegou?
12- Na sua opinião seria possível conciliar a população permanente e o ambiente do Parque, estabelecendo normas e regras para a conservação natural?
13- Existe alguma possibilidade de geração de renda através da exploração do ambiente do Parque, incluindo aí o turismo? E além do turismo?
14- (se houver) Essa renda terá destino já definido ou a partir dos acontecimentos serão tomadas essas decisões?
15- O Plano de Manejo do Parque já foi elaborado? Quais os segmentos sociais que o elaboraram? Já está sendo praticado?
16- Gostaria de saber sobre as atuais estruturas do Parque. (posses).
17- De onde vem os recursos financeiros para amparar a manutenção e os trabalhos que envolvem o Parque?
18- Você poderia nos explicar sobre o ICMS ecológico? O que é este recurso? Porque ele foi criado? Para quê ele pode ser usado? Quem o paga? Quem o recebe?
19- Você poderia nos passar o valor que os municípios vizinhos ao Parque pela territorialidade recebem de ICMS ecológico?
20- O que se pretende fazer no presente para o futuro do Parque?
21- O que podemos esperar desse futuro?
22- Já existem propostas turísticas para o Parque?

2º Roteiro para entrevista com a Chefe do P.N.I.G. Gabriela Leonhardt

1- Há algum acordo entre os Estados na divisão territorial do Parque? Se há, qual é o percentual de áreas pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul e consequentemente do Estado do Paraná?

2- Como o IBAMA se relaciona com as legislações vigentes nos dois Estados e nos municípios fronteiriços dos dois Estados?

3- Qual é o estágio atual do Plano de Manejo do P.N.I.G.? Já foi concluído em sua elaboração? Porque a morosidade de sua construção? Há alguma perspectiva para colocá-lo em prática?

4- Qual o instrumento que foi (ou, vem sendo) utilizado até o Plano de Manejo ser findado que regulamentava ações do IBAMA do IAP ou outros órgão ambiental diante do P.N.I.G.?

5- Quais os órgãos ambientais que dividem as responsabilidades de administração do Parque com o IBAMA?

6- Qual foi o custo do Plano de Manejo? De onde vieram os recursos para tal custeio?

7- Qual é a relação da Usina Hidrelétrica de Ourinhos com o P.N.I.G.?

8- Como foi o processo de Zoneamento das áreas pertencentes ao Parque?

9- Quando foi criada a APA que ampara o Parque? Como ela incorporou ou anexou essa área?

10- Qual é o estágio atual das negociações das áreas (lotes) do Parque via compensação de Reserva Legal?

11- Sobre as áreas tituladas pelo INCRA cujos donos não procuraram documentação na época devida, Essas áreas foram passadas diretamente para a União?

12- Como o IBAMA sendo um órgão federal, vê as atividades turísticas em Parques Nacionais de maneira geral?

13- Já existem propostas turísticas sendo elaboradas para o P.N.I.G.?

14- Qual o órgão responsável por esse planejamento?

15- Quais são as propostas?

Roteiro para entrevista com o representante dos Ilhéus.

(Por constituição de Associação: Eduardo Ortd)

1- O Sr. tem conhecimento de como e porque aconteceu a distribuição e legalização das terras do atual Parque Nacional de Ilha Grande á apropriação humana?

2- Como se deu o processo de desapropriação da área pertencente ao Parque? Por qual órgão?

3- Algumas famílias já receberam a indenização pela desapropriação? Por parte de qual órgão?

4- O Sr. tem conhecimento se há habitantes nas dependências do Parque Nacional de Ilha Grande? (quantidade estimada)

5- O que vem sendo feito pelas pessoas que dependiam daquele lugar para sobreviverem?

6- Sobre a aquisição de terras no Parque pelos fazendeiros do Estado do Paraná, você poderia nos esclarecer as condições e diretrizes que implementam esse acordo?

7- O valor de aquisição dessas terras é definido por alguma tabela comercial, ou fica a critério dos negociantes?

8- Quais os seguimentos sociais que irão se beneficiar com esse acordo?

9- Qual a Lei que possibilita esse acordo compensatório entre fazendeiros e proprietários de Ilhas no Parque?

10- O Sr. como representante dos ilhéus consegue definir o que seria melhor para eles?

11- O Sr. acredita que as indenizações aconteçam?

12- O Sr. poderia nos fazer um panorama á respeito do seu conhecimento á situação dos ilhéus?

13- O Sr. tem um levantamento aproximado sobre a quantidade de propriedades intituladas na área total pertencente ao Parque?

14- E sobre a quantidade de propriedades em posses?

15- A partir de algumas pesquisas junto á proprietários das ilhas, percebe-se uma certa distinção entre eles. Há aquelas pessoas que tiravam seu sustento daquele ambiente através da caça, pesca, cultivo, enfim... e aquelas pessoas que possui um vínculo de lazer com as áreas. O Sr. com sua experiência de trabalho afirma essa impressão?

16- (se a resposta for sim) O Sr. percebe que mesmo sendo diferentes, esses proprietários recebem o mesmo tratamento de órgãos indenizatórios ou fiscalizadores? Explique.

17- O que se pode esperar, em sua visão, para o futuro dos ilhéus?

Roteiro para Entrevista com o Chefe da APA federal – Sandro IBAMA.

1 - Como são organizadas as APAs municipais? Há um chefe responsável por cada uma? E entre os Estados?

2 - Quando foi criada a APA que ampara o Parque? Como ela incorporou ou anexou essa área?

3 - Como o IBAMA se relaciona com as legislações vigentes nos dois Estados e nos municípios fronteiriços dos dois Estados?

4 - Quais os órgãos responsáveis por realizarem o Zoneamento Ecológico Econômico das APAs? Como isso vem sendo feito? Ou já está findado esse processo?

5 - Como isso poderá ser concretizado se nem todos os municípios que fazem divisa territorial com o Parque possuem uma legislação ambiental em especifico?

6 - Segundo CAMPOS, 2001, através dos trabalhos realizados pelo CORIPA as atividades predatórias dentro do Parque foram banidas, as atividades agrícolas passaram a receber orientação permanente, a atividade pesqueira foi reorientada, programas e projetos de desenvolvimento sustentável vem sendo implementados, em especial os voltados ao turismo. Por quais órgãos a atividade turística vem sendo planejadas e implementadas?

7 - Como o IBAMA sendo um órgão federal, vê as atividades turísticas em Parques Nacionais de maneira geral?
Há incrementação da fauna silvestre no atual território do Parque Nacional de Ilha Grande?

8 - Qual sua relação como o CORIPA e com os representantes paranaenses das APAs municipais?

9 - Qual é a posição do IBAMA diante dos impasses fundiários do Parque?

10 - Como se encontra o atual estagio de construção do Corredor de Fluxo de Biodiversidade do rio Paraná abrangendo o Parque Nacional de Ilha Grande a APA federal das Ilhas que se interligarão com o Parque Nacional do Iguaçu?

11 - Há algum acordo entre os Estados na divisão territorial do Parque? Se há, qual é o percentual de áreas pertencente ao Estado de Mato Grosso do Sul e conseqüentemente do Estado do Paraná?

12 - Quais os órgãos ambientais que dividem as responsabilidades de administração do Parque com o IBAMA?

13 - Plano de Manejo da APA? Custo? Recurso?

14 - Plano de Manejo do Parque?

Questionário aplicado entre os meses de dezembro/2006 até fevereiro/2007 aos ribeirinhos e ex-ilhéus residentes no município de Itaquiraí-MS.

Nome:

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Idade:

Estado Civil:

Naturalidade:

Nível Escolar:

Fonte de renda atual:

Número de dependentes na família:

Remuneração média mensal:

Endereço:

Tempo de serviço (no ramo):

Quais as maiores dificuldades encontradas em seu trabalho?

Já residiu no interior do Parque Nacional de Ilha Grande?

Em quais períodos?

Qual a atividade exercida no Parque?

Qual a sua opinião sobre a instalação do Parque?

Sua vida melhorou ou piorou depois da implantação do Parque?

Outras considerações:

Roteiro para entrevista com os Ilhéus e Ribeirinhos.
Dezembro/2008 á Maio/2009.

Nome:

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

Idade:

Estado Civil:

Naturalidade:

Nível Escolar:

Fonte de renda atual:

Número de dependentes na família:

Remuneração média mensal:

Endereço:

Tempo de serviço e permanência residencial nas Ilhas:

Qual a sua opinião sobre a instalação do Parque Nacional da Ilha Grande?

Sua vida melhorou ou piorou depois da implantação do Parque?

O que vem mudando no modo de vida com o tempo de permanência nas Ilhas?

Como é seu relacionamento com os órgãos fiscalizadores do Parque?

Você se considera um habitante ilegal nas Ilhas? Possuí Titulo Definitivo de sua propriedade? Há alguma proposta de regularização sendo feita?

Que tipo de atividade desenvolve na ilha?

Essa atividade garante o sustento seu e da família?

Realiza atividades fora da ilha? Quais atividades?

Tem moradia fora do parque? Permanente ou em determinadas épocas do ano?

Onde é essa moradia fora do parque?

Desenvolve atividade fora do parque?

Qual sua opinião sobre a atividade turística?

Já houve alguma discussão entre os moradores das Ilhas e o órgão de administração do Parque sobre a implementação da atividade turística?

Quais as maiores dificuldades encontradas no dia a dia de permanência nas Ilhas?

Outras considerações:

Roteiro para entrevista com a Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Planejamento turístico de Itaquiraí, Eldorado e Mundo Novo - MS.

1- Há habitantes ribeirinhos no rio Paraná correspondente ao município .....? Qual a localidade (no antigo Porto)? Há uma estimativa da quantidade de pessoas ou famílias residentes nesse local?

2- Há casas de veraneio nas encostas do rio Paraná correspondente ao seu município? Quantas casas existem? Quais as pessoas que desfrutam dessas casas (são do próprio município)?

3- Quais as atitudes tomadas pelo município nessa localidade? (tanto com os ribeirinhos, quanto com os veranistas).

4- Já existem propostas turísticas sendo planejadas pelo município afim, de utilizar as áreas do antigo Porto e/ou do Parque Nacional de Ilha Grande? Se houver quais são as propostas.

5- As decisões tomadas dentro do Parque pelo órgão administrador do mesmo, são discutidas com os municípios do Mato Grosso do Sul que fazem fronteiras com a região? Como acontece essa discussão (por meio de seminários, reuniões ordinárias, assembléias)? O que é discutido geralmente? Há direito de opinar?

6- Além da APA federal, o município é constituído por uma APA municipal? Ela foi criada antes ou depois da federal? Porque foi criada? Qual sua importância? Qual a extensão territorial dela? Quais os cuidados incumbidos á ela?

7- Seu município pertence á algum consórcio intermunicipal? Qual é o objetivo dessa iniciativa? As finalidades dessa união?

8- Quantas Unidades de Conservação estão inseridas no município? Quais são elas?

9- Quanto o município arrecadou em média, mensalmente de ICMS ecológico em 2008?

10- Quanto o município arrecadou em média mensal de ICMS ecológico em 2008, por conta de sua territorialidade constituída com o PNIG?

11- Quais são os investimentos desse recurso no município?

12 – Como avalia o resultado destes investimentos de acordo com o objetivo traçado?

13 – Existe proposta de alterar este investimento? Como?

Roteiro para entrevista com a Secretária de Meio Ambiente e Secretária de Planejamento turístico de Naviraí-MS.

1- Há uma estimativa da quantidade de famílias ou pessoas individuais que residem no Porto Caiuá?

2- Há uma estimativa da quantidade de casas de veraneio, conhecidas como clubes, existentes atualmente no Porto Caiuá? Quais as pessoas que desfrutam dessas casas?

3- Como e porque se deu a iniciativa de interditar as casas de veraneio do Porto Caiuá?

4- Já existem propostas turísticas sendo planejadas pelo município afim, de utilizar as áreas do Porto Caiuá e/ou do Parque Nacional de Ilha Grande? Se houver quais são as propostas.

5- As decisões tomadas dentro do Parque pelo órgão administrador do mesmo, são discutidas com os municípios do Mato Grosso do Sul que fazem fronteiras com a região? Como acontece essa discussão (por meio de seminários, reuniões ordinárias, assembléias)? O que é discutido geralmente? Há direito de opinar?

6- Além da APA federal, o município é constituído por uma APA municipal? Ela foi criada antes ou depois da federal? Porque foi criada? Qual sua importância? Qual a extensão territorial dela? Quais os cuidados incumbidos á ela?

7- Naviraí pertence á algum consórcio intermunicipal? Qual é o objetivo dessa iniciativa? As finalidades dessa união?

8- Quantas Unidades de Conservação estão inseridas no município de Naviraí? Quais são elas?

9- Quanto o município arrecadou em média, mensalmente de ICMS ecológico em 2008?

10- Quanto o município arrecadou em média mensal de ICMS ecológico em 2008, por conta de sua territorialidade constituída com o PNIG?

11- Quais são os investimentos desse recurso no município?

12 – Como avalia o resultado destes investimentos de acordo com o objetivo traçado?

13 – Existe proposta de alterar este investimento? Como?

Anexo

ICONOGRAFIA

Encosta da Ilha Grande no Parque Nacional de Ilha Grande.

Autoria: SCHNEIDER, M.M.M. fevereiro/2007.

Vista aérea de parte das Ilhas do PNIG.

Fonte: veja.abril.com.br / Foto: Paulo Jares.

Vista Aérea parcial da ilha Volta Redonda, mostrando o padrão de mosaico da vegetação de algumas ilhas do arquipélago.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 42.

Vista aérea parcial da Lagoa Jatobá, tendo ao fundo, o canal oeste do rio Paraná.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 46.

Vista parcial da Lagoa Jatobá.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 92.

Entrada da gruta nas proximidades da Praia da Amizade. Vista parcial do paredão.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 63

Propriedade ativa no Norte da Ilha Peruzzi.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 42.

Vista parcial de propriedade ativa na região da Lagoa Saraiva.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 43.

Visitação na ilha São Francisco, município de Guaíra-PR.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 214.

Barco de transporte de turistas e alunos das escolas da região, para visitar a Ilha São Francisco e Lagoa Saraiva. Guaíra-PR.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 209.

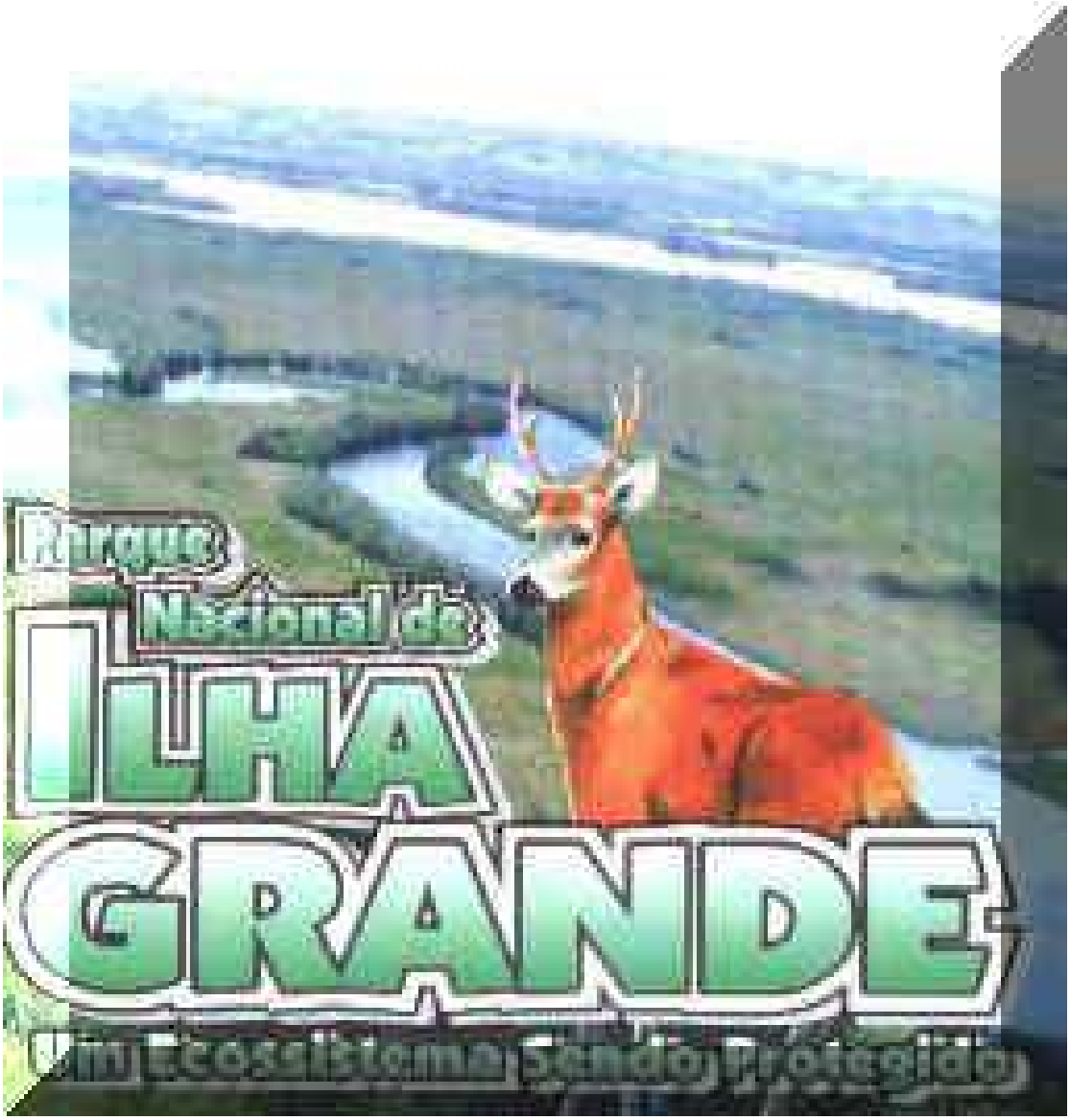
Barco de transporte de turistas e veranistas para a Praia do Meião e outros passeios em Porto Camargo. Icaraíma-PR.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 214.

Olaria artesanal ás margens do rio Paraná. Eldorado-MS.

Fonte: Plano de Manejo, Encarte III, p. 170.

Folder de divulgação do Parque Nacional de Ilha Grande.



Fonte: www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/meio-ambiente-**parque**s-nacionais. Acessado em Maio/2008.